

A IDEOLOGIA DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

THE IDEOLOGY OF THE SCHOOL WITHOUT PARTY MOVEMENT

LA IDEOLOGÍA DEL MOVIMIENTO ESCOLAR SIN FIESTA

Cleonildo Mota GOMES JÚNIOR¹

RESUMO: *A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso, apresentam um panorama reflexivo e crítico sobre a ideologia da Escola Sem Partido. A obra propõe desarticular o que constitui o projeto de Lei, considerado pelos autores como um projeto de nação normativo e mutilador porque vai na contramão da Constituição Federativa do Brasil de 1988, no que diz respeito à liberdade de cátedra do professor, além de propor uma educação antidemocrática. O discurso pautado na obra é composto de 20 autores de diferentes campos de conhecimentos e discussões que estão interligados a temas que abordam a LGBTFOBIA, Intolerância Religiosa, Étnico-raciais, entres outras discussões que são consideradas tanto para o contexto da atual sociedade brasileira quanto para a educação formal de relevância, porque constitui uma educação democrática, aquela que prevê o direito ao acesso ao conhecimento. O discurso na obra resenhada possibilita uma leitura reflexiva e crítica porque o projeto de Lei desestabelece uma ação democrática, e que fortalece não somente aos integrantes dos Movimentos Sociais, mas ao público em geral as possíveis desarticulações das políticas ideológicas dos integrantes das bancadas conservadoras que compõem as bases do Movimento da Escola Sem Partido, porque visam neutralizar o ensino brasileiro e a violação da liberdade de cátedra do professor.*

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Desarticulação. Políticas ideológicas.

ABSTRACT: *The ideology of the School without Party movement: 20 authors dismantle the discourse, present a reflexive and critical panorama on the ideology of the School without a Party. The work proposes to disarticulate what constitutes the bill, considered by the authors as a normative and mutilating nation project because it goes against the 1988 Brazilian Federal Constitution, in what concerns the professor's freedom of professorship, besides proposing an anti-democratic education. The discourse based on the work is composed of 20 authors from different fields of knowledge and discussions that are intertwined with themes that address LGBTPHOBIA, Religious Intolerance, Ethnic-Racial, among other discussions that are considered both in the context of current Brazilian society and in formal education of relevance, because it constitutes a democratic education, that which provides the right to access to knowledge. The discourse in the work reviewed allows for a reflexive and critical reading because the*

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco, linha de formação de Professores - UPE Mata Norte; Pós-Graduado em História da África pela Fundação de Ensino Superior de Olinda - FUNESO e União das Escolas Superiores da FUNESO - UNESF e em Ensino de História e Geografia pela Universidade Cidade de São Paulo e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA/ISEAD/Recife/PE. Membro Pesquisador do Grupo Étnico-racial e Ambiental (GERA) da Universidade de Pernambuco – UPE/Mata Norte. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6250-4488>, E-mail: cleonildo.junior@yahoo.com.br

bill destabilizes democratic action, which strengthens not only the members of the Social Movements, but also the public in general, the possible disarticulations of the ideological policies of the members of the conservative benches that compose the basis of the School without Party Movement, because they aim to neutralize Brazilian teaching and the violation of the professor's freedom of professorship.

Keywords: *School without Party. Disarticulation. Ideological policies.*

RESUMEN: *La ideología del movimiento Escuela sin Partido: 20 autores desmontan el discurso, presentan un panorama reflexivo y crítico sobre la ideología de la Escuela sin Partido. El trabajo propone dismantlar lo que constituye el Proyecto de Ley, considerado por los autores como un proyecto de nación normativa y mutiladora porque va en contra de la Constitución Federal de Brasil de 1988, en lo que respecta a la libertad de cátedra del profesor, además de proponer una educación antidemocrática. El discurso basado en el trabajo está compuesto por 20 autores de diferentes campos de conocimiento y discusiones que se entrelazan con temas que abordan LGBTFOBIA, Intolerancia religiosa, Étnico-racial, entre otras discusiones que son consideradas tanto para el contexto de la sociedad brasileña actual como para educación formal de relevancia, porque constituye una educación democrática, que contempla el derecho al acceso al conocimiento. El discurso en el trabajo revisado permite una lectura reflexiva y crítica porque el proyecto de ley desestabiliza una acción democrática, y que fortalece no solo a los miembros de los Movimientos Sociales, sino a la ciudadanía en general, las posibles desarticulaciones de las políticas ideológicas de los miembros de los escaños conservadores que componen los cimientos del Movimiento Escola Sem Partido, porque apuntan a neutralizar la enseñanza brasileña y la violación de la libertad de cátedra del profesor.*

Palabras clave: *Escuela sin partido. Desarticulación Políticas ideológicas.*

AÇÃO EDUCATIVA. A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.) São Paulo: Ação Educativa, 2016. 168p.

A obra desmonta o discurso e apresenta um panorama reflexivo e crítico sobre a ideologia da Escola Sem Partido, cuja proposta, visa desarticular o que constitui esse projeto de lei que vai na contramão da Constituição Federativa do Brasil de 1988, a liberdade de cátedra do Professor e uma educação democrática. O livro compõe-se de 20 autores de diferentes campos de conhecimento e discussão, com foco na desconstrução da ideologia do movimento que pretensamente combate as ideologias nas escolas que se interligam aos temas abordados, como LGBTfobia, Intolerância Religiosa, Étnicorraciais, entre outras discussões que são consideradas tanto para o contexto da atual sociedade brasileira quanto para a Educação como relevantes para as diversas lideranças dos Movimentos Sociais. Neste sentido, a literatura constitui uma leitura que interessa não somente aos integrantes dos Movimentos Sociais, mas ao

público que busca acompanhar as possíveis desarticulações das políticas ideológicas deste Projeto de Lei, porque visam neutralizar o ensino brasileiro e que desrespeitam a pluralidade de ideias no campo da educação brasileira.

Os textos resultam em debates e análises diante da temática do Programa Escola sem Partido, criado pelo Projeto de Lei n.º 867/2015, pois é considerada de fundamental importância, para que sejam tratados por toda a sociedade temas que influenciam diretamente a função do professor, do currículo e das escolas públicas e privadas no Brasil na contemporaneidade. Os dezenove capítulos que formam esta literatura, ressaltam a necessidade dos profissionais da educação intensificarem os seus fundamentos teóricos e organização política, para desarticular e perfazer os diferentes ataques que são realizados pelos líderes do movimento da Escola Sem Partido pela mídia, pelo judiciário, pelo Congresso Nacional e outras instituições que diretamente intervêm no campo da educação, principalmente a liberdade de cátedra do docente. Outro elemento importante destacado neste livro provém dos diferentes autores que nos chamam a atenção para a consciência da influência e interesses econômicos nacionais e internacionais que incentivam todo esse processo de ataque à liberdade do ensino do docente, contribuindo para a ampliação de um pensamento conservador e antidemocrático que floresceu rapidamente nos últimos tempos em nosso país, especialmente no campo da educação.

Neste contexto a liberdade do ensino deve estar interligada ao direito do estudante de ter acesso a diferentes fontes de informações, analisar, questionar e se posicionar. Porque no processo de aprender resultará a condição de liberdade de escolha e do reconhecimento das potencialidades que caracterizam as pessoas na sua essência. Desta forma, a liberdade, a diversidade e o pluralismo culturais devem ser reconhecidos no processo do ensinar como um efetivo exercício da cidadania e da autonomia do estudante, estimulado pelo docente à criticidade e ao desenvolvimento para a valorização das diferenças.

A obra resenhada trata de uma coletânea de diversos artigos que foram publicados na mídia e outros produzidos exclusivamente e destinado à discussão proposta pelos autores. Trata-se de uma iniciativa da Organização social Ação Educativa, localizada em São Paulo. O livro é composto por intelectuais e ativistas dos direitos humanos os quais discutem temas interligados às questões de gênero, identidade, LGBTfobia, Religiosidade, Racismo, entre outros assuntos que são pertinentes à sociedade, especialmente no contexto da Educação Brasileira. A discussão

pautada através da desarticulação da proposta política, ideológica e doutrinária estabelecida pelo Movimento da Escola Sem Partido é o foco da discussão desta coletânea, “as propostas do movimento são perigosas para o pensamento livre” (SAKAMATO, 2016, p. 13) e que vem causando uma inquietação no campo da Educação Brasileira, porque os princípios interferem numa educação democrática de direito de todos.

Autores como Frigotto (2017) e Saviani (2015) nos alertam sobre os perigos e ameaças que este Projeto de Lei poderá causar no campo da educação, à liberdade de ensino do professor e ao esvaziamento da função social da escola: a formação social e o exercício pleno da cidadania fundamentada em valores da democracia e do respeito à pluralidade de ideias existentes na nossa sociedade. Desarticular os discursos sobre as possíveis políticas ideológicas de articulação dos integrantes das bancadas conservadoras do mundo, em relação à política educacional que se institui nas bases deste movimento é considerado como um dos pontos cruciais da obra. Porque “a liberdade de ensino dos professores, assegurada pela Constituição e pela LDB, e a autonomia da escola, ainda em construção contribuem para a edificação de uma sociedade plural e democrática” (GADOTTI, 2016, p.157), ou seja, a transformação social do sujeito.

Logo, faz-se necessário posicionar-se em defesa da escola como campo democrático e plural, porque “os projetos trazem um detalhado sistema de controle do trabalho docente, incluindo a divulgação de um cartaz com proibições em cada sala de aula e pela criação de um sistema de denúncias” (XIMENES, 2016, p.52). Assim, denunciar os professores torna-se o ensino neutralizador e que fere os princípios da Constituição Federativa do Brasil de 1988, porque a lei assegura o direito de cátedra do Professor em sala de aula e “o ensino deve ser plural. Pluralismo não significa não ter nenhuma opinião, não tomar partido. Significa ter um ponto de vista e dialogar com outros pontos de vista. Quanto mais debate político, quanto mais reflexão crítica [...]” (GADOTTI, 2016, p. 157), mas se constitui a pluralidade de opiniões. É isso que distingue o professor das demais profissões.

Desta forma, Saviani (2015), Cara (2016) e Ximenes (2016) têm se posicionado em seus estudos em defesa da escola como espaço democrático, buscando desarticular os discursos falaciosos da Escola Sem Partido, no sentido de unir forças em prol de uma educação democrática com valores para o exercício pleno da cidadania. O PL visa segundo os autores desta obra, impossibilitar o desmonte das conquistas históricas

democráticas asseguradas na constituição de 1988 e na LDBEN/1996. Contudo, trazer as discussões desta obra para o campo da educação torna-se relevante para compreendermos a influência e os interesses de uma política doutrinadora e ideológica deste projeto de lei que incentiva o processo de ataque à liberdade de cátedra do professor, além de propor um clima de perseguição e ameaças aos professores (ABRUCIO, 2016), e contribui para uma educação conservadora e antidemocrática. O que, para Saviani (2015), fere os princípios legais da Constituição Federativa do Brasil de 1988 e as lutas dos Movimentos Sociais e tem promovido inquietações nos últimos tempos em nosso país e na própria educação.

A obra tem início com o texto de Vera Masagão Ribeiro, em que descreve o panorama da discussão destacada pelos autores associados neste livro. A autora enfatiza na apresentação desta coletânea que os textos destacam vários pontos em relação à atuação do Movimento ESP, apontando que esses pontos convergem à certeza que “o movimento ESP não atua pela defesa da pluralidade e valorização da cultura democrática” (RIBEIRO, 2016, p. 8), porque busca neutralizar o ensino, instaurando uma ordem persecutória de censura e delação garantidas nos termos que constituem a lei. Ela destaca também que as conquistas no âmbito das Políticas Educacionais foram as ferramentas relevantes para se estabelecer no campo da educação os princípios democráticos, o qual, o Movimento da ESP procura desarticular diante uma proposta de lei que se torna uma aberração para as nossas escolas.

O cerne da coletânea em destaque – A Escola Sem Partido – discutido em todo o contexto viabiliza uma reflexão crítica em torno do que diz respeito à proposta ideológica e doutrinária articulada no contexto das bases do Projeto de Lei da ESP, que conforme Kamoto, Manhas, Candido, Ratier, Cara, Ximenes, Abrucio, Betto, Giroto, Vasconcelos, Catelli Junior, Penna, Freitas, Cintra, Carreira Souza e Gonçalves, Gadotti e Brait (2016) enfatizam que a perspectiva do Movimento da ESP visa à neutralização do ensino em diversos aspectos sociais. Entre esses está a desarticulação de uma educação democrática e o direito à liberdade de cátedra do Professor, o que, diante dos autores associados, ferem os princípios da Constituição Federativa do Brasil de 1988.

O debate acerca do Movimento ESP proposto na coletânea conduz a uma reflexão crítica deste movimento porque a proposta estabelecida no projeto de Lei é considerada, segundo Betto (2016), um sistema de uma sociedade cuja característica torna-se manipuladora pelo complexo burguês, mediático, religioso e de uma política instituída de oposição contra o pensamento de Paulo Freire, que é considerado no

campo da academia um dos educadores mais lidos no mundo. Além disso, caminha na direção oposta a uma educação reflexiva e crítica, cidadã e plural defendida por Gadotti (2016) em seus estudos sobre a Escola Cidadã frente ao Escola Sem Partido.

Contudo, o que se compreende diante desta proposta do ESP é que as mudanças que este projeto propõe poderá causar uma ameaça à educação brasileira, porque são estratégias que impossibilitam a diversidade de discussão que entrecruzam com a proposta de uma educação multicultural (CANDAUI, 2010), aquela que direciona um olhar de respeito às diferenças, sejam étnicas, religiosas, sociais e culturais que transcendem os espaços escolares e que precisa ser reconhecida como algo inerente ao cotidiano das práticas pedagógicas, mas como característica efetiva nos processos decisivos na elaboração curricular.

Do ponto de vista de uma educação democrática, discutida pelos autores desta coletânea, estabelecer uma proposta ideológica e doutrinária, como enfatiza os líderes do Movimento do ESP, é reviver a uma proposta de política educacional fracassada de um projeto de sociedade e de educação democrática porque violam frontalmente os direitos e as garantias constitucionais referentes à educação e o direito fundamental à liberdade de expressão e manifestação de pensamento. Essa educação deve promover a garantia do acesso ao conhecimento científico que é produzido ao longo dos tempos e que precisa fomentar no contexto da educação, fomentando o pensamento crítico do estudante, possibilitando o respeito às diferenças e o reconhecimento da diversidade como inerente à condição humana; “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Isso porque a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) nº 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação estabelecem como desafio maior da educação o compromisso com o enfrentamento das desigualdades, a valorização da diversidade e a superação das discriminações. Esses são os princípios constitucionais previstos no artigo 3º e que tomamos como base para todos.

O projeto ESP ferem esses princípios e outros, como o da liberdade e expressão e o da pluralidade pedagógica do professor dentro da sala de aula, pois defendem que a escola só pode abordar conteúdos que tenham a máxima concordância das famílias. Fortalecer uma proposta de desarticulação deste projeto de Lei ESP, como destacado nas discussões apresentadas ao longo desta obra, é combater quaisquer políticas educacionais que ferem os princípios de uma educação democrática, porque a escola

modelo ideológico do ESP não pode ser considerada como um espaço de neutralização do pensamento dos educandos, o esperado é que este espaço possa garantir a todos, independentemente das condições sociais, étnicas, religiosas, de gênero, entre outras, o respeito às diferenças, através de ações pedagógicas das diversidades por meio da inserção de uma educação multicultural. Pensar numa educação multicultural é refletir adiante a proposta de uma educação cidadã, porque favorece a todos os direitos constitucionais em que todos envolvidos nos espaços escolares podem conviver com dignidade; é pensar e contribuir na criação de condições para o surgimento de uma nova cidadania, esta organizada para a defesa de direitos já existentes e a conquista de novos.

Por fim, a atualidade e a relevância das temáticas destacadas do livro aqui resenhado torna-se imensurável, pois provoca inquietações que dele emergem; num quadro de contínuas reformas nas Políticas Educacionais do País, de propostas impositivas dos nossos representantes governamentais e, por outro lado, movimentos sociais em defesa da liberdade de cátedra e qualidade na educação básica e superior. Esse livro nos proporciona a compreensão, tanto as origens do movimento Escola Sem Partido, quanto da possível inserção do Projeto de Lei. Devemos buscar estratégias que desarticulem esse discurso falacioso e aberrante que entrelaçam as nossas escolas. A escola não pode ser tomada por discursos autoritários, conservadores e que disseminam a violação do direito de cátedra do professor e o esvaziamento do conhecimento científico e filosófico dos currículos por um pseudoconhecimento que se articula no discurso da Escola Sem Partido. Uma valiosa obra que deve ser acessada e lida tanto pelos profissionais da educação, quanto estudantes das escolas em nosso país, para que não retroceda à barbárie na história da humanidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 02 de fev. de 2019, as 21h.

BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CANDAU, Vera Maria (Org.) **Sociedade, Educação e Cultura (s):** Questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ; Ed. da LPP, 2017. 144 p.

SAVIANI, Dermeval. Escola sem partido é uma aberração e vai na contramão do lugar atribuído à escola na sociedade moderna. In: **Revista Princípios**. Ed. 143 Julho /Agosto 2016. Disponível em: http://revistaprincipios.com.br/n/images/2016/143_Jul-Ago/PDF/Principios-143-02-comCapas.pdf. Acesso em 04 de nov. de 2018, as 22h.

Enviado em: 11/02/2020.

Aceito em: 22/02/2020.

Publicado em: 29/02/2020.